

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ANA PAULA DE SOUZA

**NEGLIGÊNCIA AFETIVA NA INFÂNCIA E OS FATORES ASSOCIADOS Á
TRANSTORNOS MENTAIS NA FASE ADULTA: Revisão bibliográfica de 2000 a
2018.**

Juína-MT

2018

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

ANA PAULA DE SOUZA

**NEGLIGÊNCIA AFETIVA NA INFÂNCIA E OS FATORES ASSOCIADOS Á
TRANSTORNOS MENTAIS NA FASE ADULTA: Revisão bibliográfica de 2000 a
2018.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Psicologia da AJES - Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia, sob a orientação da Prof^ª. Ma. Larissa Assunção Santos.

Juína-MT

2018

AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

SOUZA, ANA PAULA DE. NEGLIGÊNCIA AFETIVA NA INFÂNCIA E OS FATORES ASSOCIADOS Á TRANSTORNOS MENTAIS NA FASE ADULTA: revisão bibliográfica de 2000 a 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

Data da Defesa:

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Ma. Larissa Assunção Santos

ISE/AJES

Membro titular: Profa. Ma. Amanda Grazielle Aguiar Videira

ISE/AJES

Membro Titular: Prof. Me. Albérico Cony Cavalcanti

ISE/AJES

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Faculdade do Vale do Juruena

Unidade Sede, Juína-MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Ana Paula de Souza, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 236956-17 SSO/MT, inscrita no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF de nº 047.336.831-54, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico científico, que este trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Negligência Afetiva na Infância e os Fatores Associados á Transtornos Mentais na Fase Adulta: revisão bibliográfica de 2000 a 2018.

Autorizo ainda a sua publicação pela Ajes, ou por quem dela receber a delegação desde que também seja feita a fonte ao autor.

Juína, 09 de outubro de 2018.

Ana Paula de Souza

AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras para tamanha felicidade, pois, é a realização de um sonho, palavras não serão suficientes para agradecer por tudo que passei durante o curso, foram momentos bons e ruins, tristes e felizes, mas o importante é que perante os obstáculos me mantive firme, pensando que um dia será possível olhar para atrás e dizer que consegui.

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder força, fé e esperança para conseguir finalizar este período de curso.

Agradeço também a minha orientadora Larissa Assunção Santos, que me ajudou na construção deste trabalho e também a professora Chayene Hackbart, que me passou grandes ensinamentos que levarei para a vida toda.

Agradeço aos professores Amanda Grazielle Aguiar Videira, Alberico Cony, pelas dicas e sugestões para melhorar ainda mais o meu trabalho.

As minhas amigas que me ajudaram muito nestes cinco anos, Kelly Fernanda Rezer e Dalila Mateus Gonçalves, obrigada, que essa amizade possa ir além da faculdade, admiro muitos vocês duas.

Aos meus colegas de sala que conheci neste período, que me deram grande apoio, simplesmente obrigada.

Só tenho a agradecer a todos que de uma forma ou de outra me impulsionaram a chegar até aqui, a todos meu muito obrigada.

*Um dia, quando olhares para trás, verás que os dias mais
belos foram aqueles em que lutaste.*
Sigmund Freud

RESUMO

A negligência sucede quando os pais ou cuidadores são responsáveis em omitir ou não prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. A finalidade deste trabalho é apresentar uma Revisão de Literatura Bibliográfica Integrativa sobre negligência na infância e os fatores de risco associados à Transtornos Mentais na fase adulta. Para tanto, foram realizadas buscas por meio das bases de dados eletrônicas: *Lilacs*, *Scielo*, *Medline*, *PubMed*, *Pepsic* e *Google Scholar*, entre os anos de 2000 a 2018, de acordo com os critérios de inclusão. Foram selecionados nove artigos, que correlacionam negligência infantil e transtornos mentais em adultos, destacando como mais recorrente a ansiedade, depressão, transtornos pós-traumático e desamparo. Os estudos apontam que a ansiedade, depressão, transtornos pós-traumático e desamparo são os principais fatores de risco.

Palavras-Chave: Negligência; Infância; Transtornos Mentais.

ABSTRACT

Neglect happens when parents or caregivers are responsible for omitting or failing to provide for the physical and emotional needs of a child or adolescent. The purpose of this paper is to present an Integral Bibliographic Literature Review on child neglect and the risk factors associated with Mental Disorders in adulthood. To do so, we searched the electronic databases Lilacs, Scielo, Medline, PubMed, Pepsic and Google Scholar between the years 2000 to 2018, according to the inclusion criteria. Nine articles were selected, which correlate child neglect and mental disorders in adults, highlighting as more recurrent anxiety, depression, post-traumatic disorders and helplessness. Studies show that anxiety, depression, post-traumatic disorders and helplessness are the main risk factors.

Keywords: Neglect, Childhood, Mental Disorders.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Artigos Seleccionados | 25 |
| Tabela 2 - Artigos Seleccionados | 26 |

SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| DI | Desenvolvimento Infantil |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| PRONAICA | Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TM | Transtorno Mental |
| TMC | Transtorno Mental Comum |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 JUSTIFICATIVA | 13 |
| 2 OBJETIVOS | 14 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL..... | 14 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 14 |
| 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 15 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL | 15 |
| 3.2 NEGLIGÊNCIA AFETIVA NA INFÂNCIA | 18 |
| 3.3 INFÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES DE DIREITOS: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)..... | 19 |
| 3.4 TRANSTORNOS MENTAIS | 20 |
| 4 METODOLOGIA DA PESQUISA | 22 |
| 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 22 |
| 4.2 CRITÉRIOS DE BUSCA..... | 22 |
| 4.2.1 Critérios de inclusão | 22 |
| 4.2.2 Critérios de exclusão | 23 |
| 4.3 COLETA DE DADOS | 23 |
| 4.4 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 23 |
| 5 RESULTADOS | 25 |
| 6 DISCUSSÃO | 32 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS..... | 35 |

INTRODUÇÃO

A negligência pode ser denominada como qualquer prejuízo físico ou psicológico contra crianças ou adolescentes, cometidos pelos responsáveis ou cuidadores, por meio de ações emocionais, físicas, sexuais, psicológicas, que interferem no desenvolvimento infantil. A negligência ocorre quando os pais ou cuidadores são responsáveis em omitir ou não os cuidados físicos e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se pelos comportamentos dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicá-los, educá-los e evitar acidentes (BRASIL, 2002). Os maus tratos é a modalidade que aparece como sendo a forma mais recorrente de negligência infantil (BAZON, 2007; PASIAN et. al., 2013).

Segundo o VIVA/SINAN-Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada, 17.900 casos de violência contra crianças foram registrados mundialmente (RATES et. al, 2016). Em relação a esses dados, a fase de 2 a 3 anos de idade apresentou o maior índice de casos de violência com 35%, ficando com o segundo maior índice as crianças de 0 a 1 ano 33%, e por último, crianças com idades entre 5 a 9 anos com 31,5% de casos registrados. Os registros pontuam, ainda, que 54,3% das crianças são do sexo feminino.

De acordo com a análise dos aspectos relacionados à violência infantil, segundo a Organização Mundial de Saúde, esta tornou-se uma questão de saúde pública, uma vez que, todo ano, milhares de crianças são afetadas (LUNA, 2010). Devido ao número significativo de maus tratos, instituíram-se Leis de defesa da Criança e do Adolescente, dentre elas destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que atua com objetivo de proteção integral (LUNA, 2010).

No que se refere ao ônus gerado, Martins (2010) ratifica que a negligência afetiva na infância acarreta enormes prejuízos para o funcionamento global da criança, resultando em sofrimento. Além disso, os autores apontam que há interferência no desenvolvimento psicossocial e educacional, podendo gerar grandes riscos de desencadear outros tipos de prejuízos, tais como depressão, transtorno de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, desamparo, baixa autoestima, ideação e possíveis tentativas de suicídio na vida adulta.

Esses prejuízos causados à saúde do indivíduo podem gerar grandes custos sociais e econômicos aos cofres públicos, pois, abrangem toda sociedade em que está inserida e todas as faixas etárias, elevando a demanda dos serviços de saúde. Estima-se que o governo tem um

gasto anual aproximado de 1.517 milhões com prevenção e cuidado de negligências infantis (GONÇALVES; VIEIRA; DELGADO, 2012).

Apesar disso, a maioria dos estudos, pesquisas, políticas e práticas de atenção à saúde mental são direcionadas para os adultos e as ações dirigidas à infância e juventude continuam em pequeno número, contudo, dados indicaram que 50% a 75% dos transtornos mentais tem histórico de início na infância e na adolescência (KESSLER, et. Al., 2007).

Nesse sentido, com objetivo de identificar pesquisas que realizaram uma análise sistemática sobre negligência infantil e fatores associados a transtornos mentais na fase adulta em materiais já publicados, foi realizada uma busca nos indexadores *Scielo*, *Medline*, *Lilacs*, *Pepsi* e *Google acadêmico*, com as palavras chaves negligência, infância, transtornos mentais na língua portuguesa e inglesa. Foram encontrados 04 estudos nacionais (ZAVASCHI, et. al., 2002, MARTINS-MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017, FIGUEIREDO et. al., 2013, MELLO et. al., 2000) e 5 internacionais (ZAVASCHI, et. al., 2006, PEREIRA; LI; POWER, 2016, WEIL et al, 2014, CORMACK; THOMSON, 2017; HUH et. al., 2017). No entanto, foram encontrados poucos estudos na íntegra que se relacionavam com o tema no período de 2000 a 2018.

1 JUSTIFICATIVA

A negligência configura-se como um dos tipos mais predominantes de violência contra a criança, ocasionando prejuízos psicológicos, sociais, educacionais, além do risco para o desenvolvimento de diversos transtornos (RATES et. al., 2016; MARTINS, 2010).

A literatura atual assinala a escassez de estudos nesta área. Diante disso, evidencia-se a importância e necessidade da produção de trabalhos que estudem a relação entre negligência afetiva e transtornos mentais na fase adulta. Estudar estes fatores é essencial para que seja possível uma melhor contribuição em relação a formas de prevenção da violência, promoção da saúde e bem-estar tanto da criança quanto do adulto e realização de intervenções precoces. Auxiliará, também, o desenvolvimento de políticas de prevenção e intervenção.

Assim, o presente trabalho, traz aporte para o acervo de pesquisas já realizadas, podendo servir de base para futuras pesquisas, trazendo contribuições sociais e científicas, além de contribuir para atuação dos diversos profissionais neste contexto, incluindo o profissional de psicologia.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar a relação entre a negligência infantil e os transtornos mentais na fase adulta.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar possíveis comorbidades da negligência infantil;
- Identificar quais transtornos mentais na fase adulta são mais frequentes em indivíduos que sofreram negligência infantil;
- Identificar os métodos utilizados para avaliar possíveis transtornos mentais na infância;

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento infantil é caracterizado por Newcombe (1999), como uma parte fundamental do ser humano, destacando que nos primeiros anos de vida, é moldada por estruturas físicas, neurológicas, cerebral, considerando os aspectos biológicos e ambientais. Neste desenvolvimento, a infância é reconhecida como uma fase importante e especial, uma vez que, na infância inicia-se a sua interação com o mundo (NEWCOMBE, 1999; SABINI, 2008; SHAFFER, 2005; PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2009; MUSSEN et al, 2001).

A infância é denominada como um processo único da criança em diversas áreas, como, habilidades motoras, movimentos como andar, correr, pular, habilidades cognitivas, como capacidade de raciocinar, inteligência, processo contínuo esse que se estende por toda a vida. Quando esse período ocorre adequadamente, melhora o desempenho, gera facilidade nas interações, melhor desempenho cognitivo e melhores condições socioeconômicas e qualidade de vida, essa fase quando é prejudicada destaca atrasos cognitivos e motores, prejuízos no desempenho escolar, problemas de comportamento, de conduta, agressividade e dificuldades emocionais (SOUZA, VERÍSSIMO, 2015).

Segundo, Mussen et. al. (2001), o desenvolvimento é caracterizado como as mudanças que vão ocorrendo no decorrer da vida, envolvendo os mais diferentes aspectos como o psicossocial, físico e cognitivo. Para esses autores, esse processo não ocorre de maneira isolada, mas sim de forma inter-relacionada, um influenciando o outro e se modificando conforme o desenvolvimento e o contexto vivido pelo indivíduo.

Alguns teóricos e clínicos desenvolveram teorias a respeito do desenvolvimento infantil e os traumas na infância e os danos causados na fase adulta, dentre eles Piaget. Este autor propôs quatro estágios do desenvolvimento infantil, sendo o primeiro, o estágio sensorio motor de 0 a 18 meses. Nesse estágio, destaca-se as primeiras experiências cognitivas e motoras, tais como, choro e sucção. O estágio pré-operatório ocorre entre 18 meses a 7 anos e é a fase que a criança adquire capacidade de relacionar objetos com representações mentais (PILETTI; ROSSATO; ROSSATO, 2014). O terceiro estágio proposto por esse autor é o operatório concreto. Ocorre entre 7 a 12 anos e é marcado pelo pensamento lógico, em que a criança já tem noções de tamanho, cor e quantidade. Por fim, o estágio operatório formal é o estágio em que o indivíduo

se torna capaz de manipular representações abstratas e conceitos que não tem forma física, tem início na pré-adolescência a partir de 12 anos (PILETTI; ROSSATO; ROSSATO, 2014).

Freud também definiu as fases do desenvolvimento infantil. Ele afirmou que pessoas se expressam de maneiras distintas de acordo com as fases psicosssexuais. A primeira fase, a oral, compreendida no período de 0 a 1 ano, caracteriza a boca como região erógena, ou seja, a área que mais proporciona prazer a criança, e o seio da mãe além de o alimentá-lo gera satisfação. Nesta fase, o bebê tende a levar tudo o que pega em direção à boca. A segunda fase, a anal, compreendida no período de 2 a 4 anos, é a etapa onde a criança aprende a controlar os esfíncteres, sendo a região do ânus a maior área de prazer. A criança percebe que pode controlar as fezes e utilizar isso para chamar a atenção da mãe (MOREIRA, 2011). A fase fálica, a terceira fase, ocorre dos 4 aos 6 anos e, nesta etapa, a atenção da criança é voltada para as partes genitais. Imaginam ter o mesmo órgão genital em meninos e meninas e a descoberta da diferença desperta curiosidade nas crianças. A próxima fase é a de latência, que ocorre no período de 6 a 11 anos aproximadamente, onde a atenção é voltada para atividades sociais, escolas, grupos. E na última fase, a genital, que acontece a partir dos 11 anos de idade, ou seja, início da adolescência, período de mudanças corporais, busca de um amor (MOREIRA, 2011).

Alguns comportamentos ou características destas fases propostas por estes autores, quando não propiciada as condições necessárias para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento adequado da próxima fase, podem se perpetuar para a adolescência ou até mesmo para a vida adulta podendo trazer prejuízos nos vários aspectos como o cognitivo, o psicológico e o social. Fazendo-se necessário considerar os diversos fatores e experiências que podem influenciar (MUSSEN et. al., 2001).

Por um longo período o desenvolvimento da criança foi ignorado. Na Idade Medieval, por exemplo, não havia a separação de crianças e adultos. No Brasil, na era colonial, a criança ocupava uma atenção genérica, onde era ignorada, não havia uma ligação afetiva, era considerada inútil e vista como um adulto incompetente (ANDRADE, 2010; GOMES; CAETANO; JORGE, 2007).

Porém, foram com esses autores que os estudos voltados à infância e adolescência começaram a ter reconhecimento. Essa fase passou a ser um assunto discutido com cautela e reconhecido como uma fase de desenvolvimento de um indivíduo vulnerável que está sujeito a sofrer impacto significativo seja do ambiente em que vive ou das relações com outras pessoas (PRETTO, 2013). Para promover a saúde nesta fase de desenvolvimento é necessário considerar

as variáveis e suas peculiaridades, assim como, as condições adequadas e favoráveis e a compreensão dos responsáveis das crianças às necessidades que surgem no decorrer desse período e que requer uma série de cuidados (SOUZA; VERÍSSIMO, 2015).

Assim é possível observar que o conceito de infância sofre influências do ambiente, da cultura e da interação social com outras pessoas e se modifica com o passar do tempo. A mudança se dá em decorrência de um processo histórico, social e cultural, o que contribui para a construção da experiência e da personalidade da criança como um sujeito em desenvolvimento (OLIVEIRA; TRANCOSO, 2014; MULLER; HASSEN, 2009).

A visão popular é de que ser criança é viver feliz e sem preocupações e que esta é melhor fase da vida. Porém, nem todas as crianças vivem do mesmo modo, sendo necessário considerar entre outros aspectos, que muitas vivem em meio a contexto de violência, seja na rua, se prostituindo, sofrendo exploração de trabalho, ou ainda, sofrendo diversos tipos de violência no contexto familiar (FROTA, 2007).

A família é de extrema importância para o desenvolvimento saudável da criança. Esta se caracteriza por ser responsável pelos primeiros contatos diretos, físicos, sociais e emocionais com o ambiente externo, portanto, desempenha um papel fundamental. É responsável ainda, pelas primeiras interações da criança com outras pessoas e com o mundo, devendo os pais criarem um ambiente acolhedor e que atenda às necessidades da criança (OSTI; SEI, 2016).

Os filhos se espelham em seus responsáveis e quando o processo de adequação saudável não ocorre, tem-se o desenvolvimento de sérios problemas de contato, tanto da criança com ela mesma como com o mundo. É ainda, no seio familiar que a criança vive e desenvolve suas necessidades, onde começa a aprender e dar sentido para as coisas e se prepara para uma socialização maior (OSTI; SEI, 2016). Sobre este aspecto, a Teoria do Apego desenvolvida Bowlby, aponta que a qualidade do vínculo ou apego, depende da interação entre o adulto e a criança. Esta interação quando acontece com qualidade proporciona a criança sentimentos de proteção, cuidado e segurança ao explorar o mundo. Esta segurança, relacionada a figura de apego, que é vista como uma base segura, advém do relacionamento entre pais e filhos ou de pessoas que desempenhem esse papel. Se este vínculo não acontece de forma saudável ou é rompido, a criança tem prejuízos que podem se estender para a vida adulta, incluindo aspectos sociais, cognitivos, emocionais e os surgimentos de transtornos como a depressão (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010). E em condições de o desenvolvimento não ocorrer adequadamente eleva-se os riscos de possíveis prejuízos na fase adulta.

De acordo, com Schmidt; Argimon (2009) retrata que a teoria do apego é inata do ser humano o desenvolvimento sócio emocional, se iniciando na forma embrionária, continuaria na infância, quando criança essa teoria ela evolui de acordo com o crescimento infantil, fazendo parte do constructo da personalidade, permeando a adolescência, vida adulta e velhice, influenciando nas interações afetivas.

3.2 NEGLIGÊNCIA AFETIVA NA INFÂNCIA

A negligência é denominada como a omissão de proteção e cuidado infantil e se mostra de várias maneiras, tanto física quanto psicológica, destacando-se pela falta de cuidado, desde vestimentas, alimentos, escolaridade, cuidados médicos a questões de higiene básica. Neste contexto o abandono é o mais grave tipo de violência, podendo causar danos à saúde da criança e que se estende até a vida adulta (MATA, 2016).

De acordo com Pasion (2013), as consequências variam conforme a gravidade da negligência contra a criança, podendo causar até a morte. Esse assunto somente passou a ser mais discutido nos últimos anos, devido aos alarmantes registros de casos de negligência e violência contra a criança e ao adolescente.

A negligencia é algo que existe em vários países, como aponta levantamentos apresentados que mostram que esta é comum e que produz várias sequelas, como a insegurança em relação a outras pessoas, afetos negativos que influenciam no desenvolvimento humano, que pode ser precoce e alteram a relação familiar e extrafamiliar (PASIAN, 2013). Estas se apresentam de várias formas, sendo as mais frequentes a negligência emocional, a física e a educacional. A física ocorre quando inclui a falta de cuidados médicos por parte dos responsáveis ou cuidadores que fazem tal ação, por motivos de crenças ou religião, ou quando expulsam a criança de casa, falta de alimentação, higiene, imprudências que a prejudique, ou ainda o abandono da criança por um longo período (MARTINS, 2014). A negligência emocional destaca-se pela falta de cuidados emocionais como o carinho, afeto e atenção, que por vezes, transforma-se em palavras ofensivas e a atenção é voltada para a criança de modo negativo. Já a educacional ocorre quando as pessoas responsáveis permitem que a criança ou adolescente falte na escola, ou que, não a matricule, não a deixando estudar (MARTINS, 2014).

Os transtornos vêm aumentando nos últimos anos e o impacto da negligência na infância reflete na vida do indivíduo. Os maus tratos na infância vêm causando grande impacto no país

e segundo as pesquisas realizadas, além do número elevado de mortalidade, estes estão relacionados a transtornos na vida adulta, gerando consequências sérias não só ao indivíduo, mas na sociedade onde o mesmo está inserido (FIGUEIREDO, et. al., 2013).

3.3 INFÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES DE DIREITOS: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

A violência contra crianças e adolescentes se tornou uma temática preocupante e uma questão de saúde pública e que influencia a qualidade de vida, sendo considerada crime seja ela física, psicológica, emocional ou sexual. A criança necessita de liberdade, respeito, dignidade e meios de condições que possa melhorar seu desenvolvimento. Para atender estes objetivos, 1978 a história da criança começou a ter atenção, sendo este ano denominado como o ano Internacional da Criança. A primeira Lei de defesa dos direitos de menores em relação aos maus tratos infantis no Brasil, após essa Lei foi implantado um sistema público de atenção voltada aos direitos de menores (LUNA et. al., 2010).

Atualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que está em vigor no Brasil, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, adotando proteção integral as crianças e adolescentes. Tornou-se obrigatório as notificações de suspeitas de maus tratos infantis, após a Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, passando a ter uma atenção maior (LEMOS, 2008).

O ECA em seu Art. 3º, fundamenta que a criança goza de todos os direitos essenciais e cruciais a pessoa humana, com proteção integral, incluindo seu desenvolvimento físico, moral, emocional, psicológico, espiritual, social, com dignidade e respaldada pela Lei como um ser integral, completo (GOMES; CAETANO; JORGE, 2007).

Tanto o ECA como a Constituição Federal, têm como objetivo garantir os direitos da criança e do adolescente como um todo, de forma integral. Para isso, vários órgãos foram criados voltado a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, destacando-se o Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente (CONANDA), Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), Conselhos Tutelares entre outros que visam a importância da proteção e segurança do desenvolvimento da criança e do adolescente (GOMES; CAETANO; JORGE, 2007).

No que se refere as contribuições destas leis para o trabalho do psicólogo, Brambila e Avoglia (2010), ao realizarem pesquisas como psicólogos sobre a percepção destes a respeito do ECA, encontrou que este se caracteriza como um elemento essencial para a atuação deste profissional enquanto um meio para garantir os direitos e saúde da criança, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade como os casos de violência. Podem contribuir ainda, para as ações de promoção da saúde pelo psicólogo, auxiliando também na elaboração e implantação de políticas públicas nesta temática, que tenha como objetivo contribuir para a solução de demandas da realidade brasileira.

3.4 TRANSTORNOS MENTAIS

Os Transtornos Mentais (TM), são denominados como uma doença psicológica que associam o biológico, social, psicológico e a genética, que modifica ou altera o comportamento e modo de pensar do indivíduo, podendo causar prejuízos internos com ele mesmo e com outras pessoas. Os transtornos são considerados universais, analisados de acordo com a cultura de cada lugar (SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Os TM atingem todas as idades e classes sociais, podendo estes danos serem classificados como, ser leves ou severos. Estes, quando não tratados, atingem e afetam os vários contextos e âmbitos da vida da como a interação social, econômica, familiar, pessoal. Possuem grande peso em prejuízos que perpetuam durante a vida toda, diminuindo a qualidade de vida do indivíduo (SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Os Transtornos Mentais Comuns (TMC), que são classificados como não psicóticos, apresentaram grandes índices nos últimos anos e as suas principais queixas expostas são de depressão, ansiedade, somatização, alteração no sono. São queixas que prejudicam o indivíduo, ocasionando somáticas difusas, como dificuldades de concentração, choro constante, fadiga (CARLOTTO, 2016).

Contudo, os transtornos mentais acometem não só adultos mais também crianças. Segundo Ramires et. al, (2009) retrata que muitas crianças apresentam sintomas psicológicos, tais como, problemas de aprendizagem, conduta, ansiedade, depressão, de apego, transtornos alimentares. Alguns fatores que podem contribuir ou agravar os problemas de riscos são, fatores biológicos, quando ocorre alguma anormalidade no desenvolvimento cerebral, causadas por lesões, infecções, desnutrição, os fatores genéticos destacam o histórico familiar, de depressão

e esquizofrenia, fatores psicossociais retrata as relações familiares, relação conjugal, laços afetivos, eventos estressantes relaciona a separação dos pais, morte, fatores de exposição a maus tratos, sendo esses, abuso físico, psicológico, emocional (RAMIRES et. al. 2009)

De acordo Borges et. al. (2010), destaca que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é o mais apresentado em crianças e adolescentes, podendo estar associados a maus tratos infantil, abuso sexual, acidentes, uma vez que, esses eventos podem desenvolver sérios problemas e sequelas emocionais.

Neste contexto de transtornos mentais, o psicólogo exerce um papel fundamental, uma vez que, por ser um profissional da saúde, tem como parte da sua atuação discutir aspectos e fenômenos que contribuem para o surgimento ou manutenção destes transtornos. Este recorre a diferentes instrumentos conhecimentos e meios dentro da ciência para a proteção, prevenção e promoção da saúde mental, além do tratamento de disfunções e cuidados a saúde mental (BAMBILA; AVOGLIA, 2010).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método de Revisão Integrativa de Literatura, visto que essa revisão proporciona uma combinação de vários estudos ampliando as possibilidades de dados na literatura. Uma vez que é um método com uma quantidade significativa de informações, que proporciona conhecimento e resultados na área da saúde (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Uma pesquisa tem a finalidade de proporcionar respostas aos problemas, visto que, muitas vezes é realizada por escassez de informação ou pesquisas, é elaborada por dados científicos já disponíveis, sendo assim, é um processo científico minucioso que requer atenção, técnicas, métodos, fases, desde uma questão problema, um título, sendo necessário qualidades especiais do pesquisador (GIL, 2002).

O trabalho tem como questão de pesquisa, possível relação ente a negligência afetiva na infância e o desenvolvimento de transtornos mentais na idade adulta.

4.2 CRITÉRIOS DE BUSCA

Trata-se de uma pesquisa de literatura internacional e nacional, englobando estudos quantitativo e qualitativo, publicados entre o período de 2000 a 2018. As buscas foram realizadas nos seguintes indexadores:

- *Lilacs* (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde);
- *Scielo* (Scientific Eletronic Library Online);
- *Medline* (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica);
- *Pepsic* (Periódicos Eletrônicos de Psicologia).
- *Google Scholar*.

4.2.1 Critérios de inclusão

- Artigos científicos encontrados na íntegra;
- Artigos científicos que remetem ao tema abordado;

- Artigos científicos em Português, Espanhol e Inglês;
- Artigos com recorte temporal entre 2000 a 2018;
- Artigos disponíveis e originais.

4.2.2 Critérios de exclusão

- Artigos científicos em duplicidade;
- Artigos científicos que não relacionam com o desta pesquisa;
- Artigos científicos de acesso restrito;
- Monografias.

4.3 COLETA DE DADOS

As Palavras-Chave utilizadas para a realização desta pesquisa foram:

- Negligência
- Infância
- Maus tratos infantis
- Violência
- Transtorno Mentais

Bem como os descritores: Infância e Negligência.

Para que as buscas fossem mais amplas foram utilizados os operadores booleanos AND e NOT.

A seleção dos artigos ocorreu a partir de buscas em bases de dados científicas, utilizando os descritores e as palavras-chave previamente selecionados, sendo realizada a leitura do título e dos resumos dos artigos a fim de verificar se estes se encaixavam nos critérios de inclusão e se não se encaixavam-nos de exclusão. As pesquisas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2018.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados estão apresentados em uma tabela, organizados pela: numeração, título da pesquisa, autor (es), ano de publicação, tipo de pesquisa, objetivos e resultados. Inicialmente foi realizado uma

pesquisa exploratória e o levantamento do fenômeno epidemiológico da pesquisa, posteriormente foi realizada uma leitura criteriosa do material e logo em seguida foi feita a seleção dos materiais obtidos, comparando dados relevantes a serem avaliados.

5 RESULTADOS

A partir das buscas realizadas nas bases de dados, de acordo os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados nove (09) estudos, sendo (4) quatro na Scielo, (3) três no Medline, um no Lilacs, e (1) um na Pepsic, no período de julho a setembro do ano de 2018, sobre a negligência afetiva na infância e os fatores associados aos transtornos mentais na fase adulta.

Dentre os achados na literatura nacional destacam-se: (ZAVASCHI, et. al., 2002, MARTINS-MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017, FIGUEIREDO et. al., 2013, MELLO et. al., 2000). Os estudos internacionais: (ZAVASCHI, et. al., 2006, PEREIRA; LI; POWER, 2016, WEIL et. al., 2014, CORMACK; THOMSON, 2017, HUH et. al., 2017).

Tabela 1 - Artigos Selecionados

| Artigos Selecionados Para o Resultado Final | | |
|--|---|--------------------------------------|
| Base de Dados | Palavras chave | Total de estudos selecionados |
| PEPSIC | Negligência, Infância, Transtornos Mentais. | 3 |
| SCIELO | Negligência, Infância, Transtornos Mentais. | 3 |
| MEDLINE | Negligência, Infância, Transtornos Mentais. | 2 |
| LILACS | Negligência, Infância, Transtornos Mentais. | 1 |

Tabela 2 - Artigos Selecionados

| Nº | Título | Autor | Ano | Tipo de Pesquisa | Objetivo | Resultados |
|----|---|----------------------|------|------------------------|---|---|
| 01 | Transtornos do humor no adulto e trauma psicológico na infância | ZAVASCHI et al. | 2006 | Estudo de Caso | Realizar uma avaliação de transtorno de humor no adulto e traumas psicológico na infância. Avaliados por meio de entrevista Neuropsiquiátrica Internacional que inclui traumas de abuso infantil físico e sexual, violência e perda dos pais. | Os dados apresentados apontaram um ranking de violência na comunidade, seguido o abuso físico e psicológico cometido por responsáveis. Após subdividir os transtornos de humor destacaram múltiplos acidentes, abuso físico e sexual na infância. |
| 02 | Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. | ZAVASCHI et al. | 2002 | Revisão de Literatura | O objetivo foi revisar a literatura na última década, para levantamentos de dados relacionados a traumas na infância e depressão na vida adulta. | Os resultados desta revisão destacaram uma associação significativa de traumas na infância e depressão na idade adulta nos períodos de 1991 a 2001. |
| 03 | Child Maltreatment and Adult Living Standards at 50 Years. | PEREIRA, LI & POWER. | 2016 | Revisão de Literatura | A partir do levantamento dos dados britânicos os objetivos foram estabelecer uma associação dos maus tratos infantis com os resultados explorados que estabelecem uma relação com transtornos mentais. | Destacaram uma prevalência de 1% de abuso sexual, 10% de violência psicológica e com maior índice destaca a negligência com 16%. Os maus tratos na infância apresentaram grande relação com negligência infantil. |
| 04 | Transtornos relacionados a traumas e a estressores. | MARTINS-MONTEVERD | 2017 | Revisão de Literatura. | É análise de revisão que relacionam a conceituação clínica e terapêutica dos transtornos relacionados a traumas e | Identificou-se uma associação de abuso emocional infantil e |

| | | | | | | |
|----|---|-----------------------|------|--|--|--|
| | | E, PADOVAN & JURUENA. | | | estressores. Os autores destacam as consequências de situações traumáticas na infância e na idade adulta. | desenvolvimento de depressão na vida adulta. |
| 05 | Trauma infantil e sua associação com transtornos do humor na vida adulta: uma revisão sistemática. | FIGUEIREDO et al. | 2013 | Revisão de Literatura | Realizar uma busca de Literatura que destacam uma associação de traumas na infância e transtornos mentais na vida adulta. Todos os dez artigos de inclusão apontavam relação significativa de traumas na infância e diferentes transtornos de humor. | Os estudos mostram além da relação de transtornos mentais e traumas na infância comorbidades psiquiátricas. Ou seja, apontam também relação com outros transtornos mentais na vida adulta. |
| 06 | Trauma infante juvenil y psicopatologia adulta: un estudio empírico | WEIL, et al. | 2004 | Estudo de caso | Realizar uma busca exploratória entre traumas infantil, estresse pós-traumático, transtorno efetivo e transtorno de personalidade <i>borderline</i> em pacientes hospitalizados no Chile. | A prevalência foi de que 45% não relataram traumas, 38,4% relataram um ou mais eventos traumáticos e 16,3% com três ou mais experiências traumáticas. |
| 07 | Maus-tratos na infância e psicopatologia no adulto: caminhos para a disfunção do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal | MELLO et al. | 2009 | Revisão seletiva de Literatura. | O objetivo deste trabalho foi fazer uma relação entre maus tratos infantis e psicopatologia na idade adulta agregando o reflexo da disfunção do eixo hipotálamo- pituitária-adrenal. | Os estudos revisados mostraram um número significativo de disfunções do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal e prejuízos psicopatológicos no adulto. |
| 08 | Complex trauma in childhood, a psychiatric diagnosis in adulthood: Making meaning of a double-edged phenomenon. | CORMACK & THOMSON. | 2017 | Análise fenomenológica interpretativa. | Explorar dois campos que segundo o autor é pouco explorado que é o trauma na infância e transtornos mentais no adulto. | Os dados revelaram um tema que enquadra a infância e com ela sua identidade e dignidade. O resultado proporcionou mudanças positivas que |

| | | | | | | |
|----|--|-----------------------|------|-----------------|---|---|
| | | | | | | minimizasse os ciclos prejudiciais aumentando a autovalorização, empatia, sabedoria e paciência nos adultos |
| 09 | The relationship between childhood trauma and the severity of adulthood depression and anxiety symptoms in a clinical sample: The mediating role of cognitive emotion regulation strategies. | HUH, KIM, LEE & CHAE. | 2017 | Estudo a Campo. | Fazer uma avaliação descrevendo a trajetória do trauma infantil e sua associação com transtornos mentais. | Por meio desta avaliação os resultados mostraram que o trauma infantil tem grande relação com a ansiedade e depressão nos adultos, os resultados pontuam uma desregulação emocional cognitiva que influencia nos sintomas de ansiedade e depressão. |

Fonte: SOUZA, Ana Paula de, 2018.

De acordo com as pesquisas selecionadas, pode-se perceber que há um consenso entre elas em relação à origem do transtorno mental. Para todos os autores, o transtorno mental tem origem multifatorial, com influência de fatores genéticos, biológicos e psicossociais. Entretanto, alguns autores destacam a correlação de alguns fatores mais frequentes que se associam a negligência infantil e transtornos mentais na vida adulta.

O artigo de número 3 (PEREIRA; LI; POWER, 2016) aponta que a frequência dos tipos de negligência, variam. Destaca que, dentre os vários tipos, a negligência física apresenta a maior porcentagem (16%), seguido da negligência psicológica (10%) e, por último, a negligência sexual (1%). Esse estudo pontuou que os aspectos como baixa renda, insegurança, mobilidade social e ansiedade são fatores associados a transtornos mentais na fase adulta.

Corroborando com esses resultados, os artigos 2, 4 e 7 (ZAVASCHI et. al., 2002; MARTINS-MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017; MELLO et. al., 2009), apresentam que, alguns transtornos dentre as classificações do transtorno de humor, como a depressão maior, o transtorno afetivo bipolar e a distímia, estão associados a traumas na infância. Destacam também, que perdas por morte ou separação na infância estão correlacionados aos transtornos na idade adulta. Zavaschi et. al. (2002) acresce que as relações interpessoais também podem apresentar prejuízos na infância. Enquanto Martins-Monteverde, Padovan & Juruena (2017), encontraram que o estresse pós-traumático, a ansiedade e a baixa autoestima podem ser consequências desse tipo de negligência.

De acordo com Zavaschi et. al. (2006), a depressão, é uma das comorbidades mais associadas a negligência infantil. Esta pesquisa foi realizada no Sul do Brasil, com amostras do sexo feminino e masculino de um hospital escola da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Incluem o gênero masculino e feminino, com idades entre 18 a 65 anos de idade, diagnosticados com transtorno de humor. Ainda, neste estudo, os autores relacionam violência comunitária, abuso físico aos transtornos mentais na vida adulta.

Dentre os autores citados neste estudo, apenas o trabalho Zavaschi et. al. (2002) destaca que a negligência ocorrida por indivíduos que tem uma vulnerabilidade genética, tem maior propensão em desencadear os primeiros episódios de depressão. Também, ratifica que a prevalência de depressão mundial é acometida mais em mulheres de 10% a 25% e 5% a 12% em homens.

Os autores Zavaschi et. al. (2002) também, apresentam outro questionamento denominado viés de memória, no qual os adultos deprimidos podem apresentar uma distorção

nas lembranças, uma vez que, tendem a focar ou intensificar os aspectos negativos dos prejuízos causados.

O artigo 5 (FIGUEIREDO et. al., 2013) e o artigo 3 (MARTINS-MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017) destacam uma semelhança ao evidenciarem que os maus tratos são fatores preocupantes no Brasil e que o abuso físico é conceituado como a primeira causa de morte na faixa etária de 5 a 19 anos de idade. Figueiredo et. al. (2013), em seu estudo, descreve que a negligência infantil pode acarretar consequências negativas na vida afetiva (relações conjugais), na vida funcional (doenças físicas) e ocupacional (desemprego e aposentadoria precoce).

O artigo de número 06 (WEIL et. al., 2004) trata-se de uma pesquisa exploratória sobre traumas e agressões na infância e as somatizações na idade adulta. Esta foi realizada com 550 pacientes do hospital de Salvador - Hospital El Trabajador e do Hospital Curico. Neste estudo foram utilizadas as escalas CIDI 2.1, OQ 45.2 para analisar os maus tratos ocorridos na infância. Puderam constatar que dentre os eventos traumáticos estudados, 54,7% dos indivíduos relataram mais de um trauma infantil, 16,3% relataram no mínimo três eventos traumáticos e 8,4% do total, lembraram mais de quatro eventos.

O artigo de número 08 (CORMACK; THOMSON, 2017), retrata o número de pesquisas que fazem associação entre negligência e transtornos mentais. A pesquisa foi realizada a partir de uma análise fenomenológica, por meio de entrevistas semiestruturadas que buscou investigar os traumas infantis e a saúde mental, os resultados apontaram que há uma possível relação entre maus tratos e prejuízos na idade adulta.

Os artigos de nº 06 (WEIL, 2004); nº 04 (MARTINS- MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017); nº 05 (FIGUEIREDO ET. AL, 2013); (MATA, 2016); (PAISAN, 2013); (RATES ET. AL., 2015); (MARTINS, 2010) reportaram que adultos com transtornos mentais apresentaram mais de um tipo de negligência na infância, tais como física, psicológica, emocional e podem apresentar mais chances de aparecimento transtorno mental na fase adulta como ansiedade, depressão, baixa autoestima e abuso de substâncias. Indicando que o tipo, a frequência e o período da negligência recebida tem correlação com transtornos mentais futuros, assim como o indivíduo ser acometido de mais de um tipo de negligencia.

O artigo de número 09 (HUH et. al., 2017), salienta a influência da negligência infantil aos sintomas psiquiátricos. Os métodos utilizados para esta pesquisa foram o Inventário de depressão de Beck, Inventário de ansiedade Traço-estado. Estes autores dividiram as estratégias

emocionais em dois aspectos: adaptativas e mal adaptativas. Obteve-se como resultado que a negligência infantil está correlacionada aos transtornos de ansiedade e depressão na fase adulta.

No que diz respeito a metodologia e instrumentos utilizados nas pesquisas, é possível observar que os artigos 1, 6, 8 e 9, utilizaram o estudo a campo como metodologia, enquanto os estudos 2, 3, 4, 5 e 7 utilizaram a revisão de literatura. Nos estudos realizados a campo, os instrumentos utilizados foram a avaliação neuropsiquiátrica, as escalas CIDI 2.1, TEPT e OQ 45.2, entrevistas semiestruturadas e inventários como o Inventário de depressão de Beck e Inventário de ansiedade Traço-estado. Mesmo utilizando instrumentos diferentes, nestes estudos os autores encontram resultados que relacionam traumas na infância, os maus tratos e a negligência com os de transtornos na fase adulta. Os transtornos mais apontados nestes estudos são o transtorno depressivo maior, a distímia, a ansiedade, baixa autoestima, o transtorno do estresse pós-traumático, além de outros transtornos do humor e condições como, por exemplo, a insegurança e dificuldades de relacionamento.

6 DISCUSSÃO

Na maioria dos estudos apresentados nesta revisão foi encontrado uma correlação entre traumas na infância e possíveis transtornos mentais na fase adulta.

A partir da análise dos artigos, nota-se que os transtornos mais apresentados em adultos que sofreram negligência afetiva foram: depressão, ansiedade e transtorno pós-traumático, fatores ambientais (comunidades desorganizadas, alimentação, medicamentos), genético (histórico familiar de depressão, esquizofrenia), sociais (relação conjugal, desemprego, más condições de moradia, saúde, educação) (ZAVASCHI et. al., 2002; MARTINS-MONTEVERDE; PADOVAN; JURUENA, 2017; HUH et. al., 2017).

Todos os autores destacam a importância do desenvolvimento infantil, da necessidade de propiciar condições adequadas para o desenvolvimento saudável da criança e associam os traumas infantis e maus tratos a psicopatologias na fase adulta, assim como também apontado por Paisan (2013) e Figueiredo et. al. (2013).

No entanto, apenas Martins-Monteverde; Padovan; Juruena (2017) pontuam a importância do tratamento psiquiátrico e psicológico, o uso de medicamentos e terapia para promoção e prevenção dos efeitos do trauma sofrido. Esse dado apenas ratifica a necessidade do desenvolvimento de mais estudos sobre o tema, a fim de contribuir para a construção e adoção de medidas preventivas.

No Brasil, assim como apontado na literatura, as taxas de violência e maus tratos infantis são bastante alarmantes (VIVA/SINAN, 2011; GONÇALVES; VIERA; DELGADO, 2012). A falta de estudos detalhados sobre o tema contribui para a dificuldade de se instituir políticas e meio para reduzir a influência destes, nos prejuízos na vida adulta. Apenas a instituição de leis como o ECA e a Constituição Federal não suficientes para garantir a integralidade dos direitos das crianças e a redução do aparecimento de prejuízos (ZAVASCHI et. al., 2002).

É notória a escassez de estudo no Brasil, sendo que, os estudos mais recentes foram internacionais (FIGUEIREDO et. al., 2013; ZAVASCHI et. al., 2006; WEIL et. al., 2004, CORMACK & THOMSON., 2017, HUH, KIM, LEE & CHAE.). Estes também, retratam que a poucos estudos em relação a este assunto.

Apesar de os artigos analisados destacarem a importância da pesquisa sobre esse assunto, nenhum pontua algum método para melhorar a situação atual de maus tratos enfrentados pelas crianças em nosso país. Contudo, é importante que os profissionais estejam

preparados para poder identificar qualquer tipo de negligência, sendo assim, a atuação do psicólogo para essa concepção é crucial, pois, como profissional da área da saúde, este pode contribuir no tratamento, promoção, proteção e prevenção (LAGES; SILVA; SOARES, 2017).

O psicólogo atua na prevenção e tratamento de indivíduos, proporcionando melhor qualidade de vida, devendo sempre considerar os fatores que podem intervir ou não no bem-estar físico ou mental deste indivíduo (BRAMBILA; AVOGLIA, 2010). O psicólogo como profissional da saúde pode realizar contribuições valiosas neste sentido, em 2006 foi criado o CREPOP – Centro de referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, que promove a qualificação de psicólogos para atuarem em políticas públicas através de pesquisas. Em suma, é fundamental a atuação do psicólogo nesse tema, a demanda é realizada pelo ECA e o SUAS, realizando um trabalho interdisciplinar atuando como agentes de mudanças (LAGES, SILVA, SOARES, 2017).

Diante dessa premissa, o aumento de pesquisas pode contribuir para criação de novas estratégias de prevenção e promoção da saúde, por todos os profissionais da saúde, podendo diminuir ou evitar os índices de maus tratos infantis e de transtornos mentais. Por meio desta pesquisa, evidenciou-se que estes são tão prejudiciais ao desenvolvimento e bem-estar do ser humano, uma vez que, engloba desde Leis de proteção, o Sistema Único de Saúde (SUS), a família e a sociedade (FIGUEIREDO et. al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados é possível afirmar que a infância é uma das fases de grande relevância do desenvolvimento do ser humano, uma vez que, indivíduos que vivenciam experiências traumáticas nessa fase podem desenvolver transtornos mentais e se agravar na fase adulta. Pesquisas científicas e dados epidemiológicos mostram que o número de crianças que sofreram negligência é significativo e, que os prejuízos causados podem perdurar a vida toda. Esses podem estar associados a transtornos mentais na vida adulta, tais como, depressão, ansiedade, transtorno de humor, baixa autoestima e insegurança.

Fica evidente a escassez de estudos nacionais nessa área, que correlacionam negligência infantil e transtornos mentais. Uma hipótese para essa carência de pesquisas é a dificuldade devido à etiologia multifatorial associada a psicopatologia na fase adulta, o que dificulta a análise de apenas uma variável como a negligência nesta fase de desenvolvimento. Porém, é de grande importância que haja produções científicas que desenvolvam metodologias para esse tipo de pesquisa. A etiologia dos transtornos mentais e a detecção de casos de negligência na infância podem contribuir para novas estratégias, métodos, prevenção e promoção a saúde.

Nesse sentido, a atuação do psicólogo torna-se essencial, pois faz parte de seu trabalho identificar casos de negligência, fazer acompanhamentos e elaborar planos de intervenção para estes casos específicos. Mas, para além disso, faz parte também das atribuições deste profissional, contribuir para a garantia dos direitos da criança em sua integralidade, zelando pela promoção da saúde, seja, física ou mental e por estratégias de prevenção para a redução da negligência, principalmente em um trabalho multi e interdisciplinar.

Diante disto, este trabalho buscou evidências de possíveis relações entre a negligência sofrida na infância e os transtornos mentais na vida adulta. Os resultados apontaram uma relação entre estes dois aspectos, porém, fica evidente a escassez de trabalhos sobre esse tema principalmente no que se refere as produções nacionais, ficando evidente a necessidade de novas pesquisas sobre o tema. Sugere-se também a produção de pesquisas avaliando intervenções e estratégias para minimizar a ocorrência da negligência infantil e os seus prejuízos na vida adulta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Tecendo os fios da infância**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BAZON, Marina Resende; FALEIROS, Juliana Martins. Identificação e Notificação dos Maus-Tratos Infantis no Setor Educacional. **Paidéia**. Vol. 23, N. 54, p. 53-61, jan-abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v23n54/0103-863X-paideia-23-54-00053.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRAMBILLA, Beatriz Borges; AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo. **Psicólogo InFormação**. Ano 14, n. 14, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v14n14/v14n14a07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretarias de Políticas Públicas de Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde da Criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde**. Secretarias de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARLOTTO, Mary Sandra. Transtornos Mentais Comuns em trabalhadores de Unidades Básicas de Saúde: Prevalência e fatores associados. **Psicologia Argumento**. Vol. 34, nº 85, p. 133-146, abr./jun., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23313/22433>> acesso em: 24 jun. 2018.

CORMACK, Lynne; THOMSON, Sherilyn. Complex trauma in childhood, a psychiatric diagnosis in adulthood: Making meaning of a double-edged phenomenon. **Psychol Trauma**. Vol. 9, n. 2, p.156-165, 2017 Mar. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/tra0000193>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela Leggerini et al. Trauma infantil e sua associação com transtornos do humor na vida adulta: uma revisão sistemática. **Psicologia em Revista**. Vol. 19, nº 03, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a10.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FROTA, ANA Maria Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, ano 7,

N. 1, 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ilvana Lima Verde, CAETANO, Rosângela, JORGE, Maria Salete Bessa. A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Vol. 61, nº 01, pg 61-65, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n1/09.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

GONCALVES, Renata Weber; Sulpino; DELGADO. Política de Saúde Mental no Brasil: evolução do gasto federal entre 2001 e 2009. **Revista de Saúde Pública**. Vol.46, n.1, pp.51-58, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102012000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2018.

HUH, Hyu Jung et. al. The relationship between childhood trauma and the severity of adulthood depression and anxiety symptoms in a clinical sample: The mediating role of cognitive emotion regulation strategies. **J Affect Disord**, 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1016/j.jad.2017.02.009>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

KESSLER, Ronald C. et. al. Age of onset of mental disorders: A review of recent literature. *Curr Opin Psychiatry*. **Vol. 20,n. 4, p. 359–364**, 2007. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1925038/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LAGES, Sonia Regina Corrêa; SILVA, Veronica de Paiva Perroni; SOARES, Natalia Cooline de Freitas. Os saberes e fazeres dos psicólogos no campo das violações dos direitos humanos na infância. **Psicologia Revista São Paulo**. Vol. 26. N. 2, p. 323-335, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/24288>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil atual. **Psicologia Política**. Vol. 8, n. 15, p. 93-106, jan-jun, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a07.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LUNA, Geisy Lanne Muniz, et al. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: o discurso oficial e a práxis. **Revista de Enfermagem**, UERJ, Rio de Janeiro, jan/mar, p. 148-152, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n1/v18n1a26.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. Maus tratos contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, jul-ago, p. 660-665, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/24.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARTINS-MONTEVERDE, Camila Maria Severi; PADOVAM, Thalita; JURUENA, Mario Franscisco. Transtornos relacionados a traumas e a estressores. **Medicina**. Vol. 50, n 01 fev.:37-50, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v50isupl1.p37-50>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MARTINS, Stephanie Joly Chander. **Violência na infância e na adolescência: revisão de literatura**. São Paulo: HSPM, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/anapa/Downloads/Stephanie-Joly-Chander-Martins-TCC-2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/anapa/Downloads/Stephanie-Joly-Chander-Martins-TCC-2014%20(1).pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MATA, Natália Teixeira. **Afinal o que é negligência? Um estudo sobre o conceito de negligência contra crianças**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro-RJ, 2016. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19468/2/113.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MELLO, Marcelo M. et. al. Maus-tratos na infância e psicopatologia no adulto: caminhos para a disfunção do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Vol. 31, n 2, p.41-8, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v31s2/v31s2a02.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

MOREIRA, LMA. **Desenvolvimento e crescimento humano: da concepção à puberdade**. In: Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 113-123. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Available from SciELO Books.

MULLER, Fernanda; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A infância pesquisada. **PSICOLOGIA USP**. Vol. 20, n. 3, p. 465-480, 2009. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772009000300009>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MUSSEN et al. **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. HARBRA, 2001.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil: Abordagem de MUSSEN**. 8º ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto, TRANCOSO Alcimar Enéas Rocha. Processo de psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicologia e Sociedade**, Vol. 26, nº

02, p.18-27, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/16.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

OSTI, Natalia Monti Di, SEI, Maíra Bonafé. A Importância da Família na Clínica Infantil: Um Ensaio Teórico-Clínico. **Temas em Psicologia**. Vol. 21, nº 01, p. 145-157, 2016. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n1/v24n1a07.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PAPALIA, Daiane E. OLDS, Sally W. FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**. 10º ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PASIAN, Maria Silva et al. Negligência Infantil: A Modalidade Mais Recorrente de Maus Tratos. **Pensando Famílias**. Vol. 17, nº 02, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n2/v17n2a05.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PEREIRA, Snehal M. Pinto; LI, Leah; POWER, Chris. Child Maltreatment and Adult Living Standards at 50 Years. **PEDIATRICS**. Vol. 139, n. 1, 2017. Disponível em: < www.aappublications.org/news>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PILETTI, Nelson, ROSSATO, Solange Marques, ROSSATO, Geovanio. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRETTO, Zuleica. A infância como acontecimento singular na complexidade dialética da história. **Psicologia e Sociedade**. Vol. 25, nº 03, p 623-630, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/16.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

RAMIRES et. al. Fatores de risco e problemas de saúde mental de crianças. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 61, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v61n2/v61n2a12.pdf>> Acesso em 18 de jun. 2018.

RAMIRES, Vera Regina Rohnelt; SCHNEIDER, Michele Scheffel. Revisitando alguns Conceitos da Teoria do Apego: Comportamento versus Representação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 26 n. 1, pp. 25-33, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RATES, Suzana Maria Moreira et. al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciência e saúde coletiva**. Vol. 20, n 03, p. 655-665, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/pt_1413-8123-csc-20-03-00655.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

RATES, Suzana Maria Moreira et. al. O Sistema de Notificação VIVA como importante fonte de dados da Violência Infantil no Brasil: uma análise das notificações compulsórias do ano 2011. **Revista Médica Minas Gerais**. Vol. 26, n. 8, p. 301-S306, 2016. Disponível em: <<http://rmmg.org/exportar-pdf/2168/v26s8a57.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SABINI, Maria Aparecida Cória. **Psicologia do Desenvolvimento**. 2º ed. São Paulo: Ática, 2008.

SANTOS, Élem Guimarães dos, SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Vol. 59, nº 03, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v59n3/a11v59n3.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SHAFFER, David R. **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e adolescência**. 6º ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SCHMIDT, Eluisa Bordin, ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Vinculação da gestante e apego materno fetal. *Paideia*, ago. 2009, Vol. 19, No. 43, 211-220. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n43/08.pdf> > Acesso em 11 de nov. De 2018.

SOUZA, Juliana Martins; VERÍSSMO, Maria de La Ramalho. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Vol. 23, n 06, p. 1097-104, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n6/pt_0104-1169-rlae-23-06-01097.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SOUZA, Marcela T; SILVA, Michelly D; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. Vol. 18, nº 01, p. 102-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer et al. Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Vol. 24, n 04, p. 189-195, 2002. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/q96z57>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer et al. Transtorno do humor no adulto e trauma psicológico na infância. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Vol. 28, n 03, p. 184-190, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28n3/08.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

WEIL, Kristina et. al. Trauma infante juvenil y psicopatología adulta: un estudio empírico. **Revista Méd Chile**. Vol. 132, p. 1499-1504, 2004. Disponível em: <

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872004001200007>.
Acesso em: 22 jun. 2018.